

O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO: Da saúde à democracia.



Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Valéria Mendonça: "A desinformação em saúde mata"



Patrícia Blanco: informações falsas são "mal do século"



Wagner Vasconcelos destaca a crise de desconfiança nas instituições

Vidas em risco com conteúdo falso

Saúde pública fica em perigo ante mentiras disseminadas nas redes, como narrativas sobre vacinas e tratamentos "milagrosos"

» CAETANO YAMAMOTO*
» IAGO MAC CORD

A desinformação se tornou uma ferramenta sistêmica de erosão democrática e uma ameaça direta à vida, conforme especialistas destacaram, ontem, durante o segundo painel do *CB Debate O impacto da desinformação: da saúde à democracia*.

A professora Valéria Mendonça — coordenadora do Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde (ECoS), da Universidade de Brasília (UnB) — foi incisiva ao dizer que "a desinformação em saúde mata". Segundo ela, quando um cidadão decide não se vacinar baseado em narrativas falsas, ele sabota a cobertura vacinal e coloca em risco a própria família. "Ela (desinformação) não tem meio-termo, não tem algo que se discute hoje, e amanhã se resolve. Ela não dá tempo para que as pessoas consigam reagir, tampouco as instituições. Porque, quando a pessoa decide não se vacinar, ela coloca em risco sua própria vida, a de seus filhos, de sua família e de seus amigos, porque ela convence outras pessoas de que não se vacinar fará bem a elas", argumentou.

Na mesma linha, a presidente do Instituto Palavra Aberta, Patrícia Blanco, classificou a

desinformação como "o mal do século", destacando o impacto na saúde pública. De acordo com ela, o problema ganhou escala por meio de influenciadores digitais que se colocam como autoridades perante a audiência, gerando e disseminando dados nocivos de forma massiva.

Wagner Vasconcelos — pesquisador e assessor da direção da Fiocruz Brasília — situa esse cenário no conceito de pós-verdade, período em que o apelo às emoções e as crenças individuais se sobrepõem aos fatos concretos. Esse ambiente provoca uma crise de desconfiança nas instituições, transformando o ceticismo legítimo em um "relativismo pernicioso".

Para Vasconcelos, compreender as condições que fazem a mentira prosperar nos dias de hoje é mais importante do que apenas discutir o conteúdo falso isoladamente. "Nesse caso, o 'pós' tem o sentido de superação de algo. Ou seja, a gente já observa aí um valor declinante da verdade, a verdade como algo já superado ou algo que já não interessa a muita gente", apontou.

Patrícia Blanco e Valéria Mendonça alertam que o **WhatsApp** funciona como ferramenta de alcance rápido e sem filtros. "Ludicamente falando, o WhatsApp é a 'ferramenta do demônio', porque é de alcance rápido das informações

Profissionais da Atenção Primária

A magnitude desse desafio é evidenciada por dados de uma investigação coordenada pelo Laboratório ECoS, iniciada em 2025, que abrange 13 países de língua portuguesa e hispânica da América Latina. Com mais de dois mil profissionais de saúde da Atenção Primária entrevistados — sendo mais de mil no Brasil —, a pesquisa revelou que mais de 70% desses profissionais, embora consultem mídias oficiais, têm mídias sociais e o WhatsApp como foco principal de informação.

que não precisam de filtro nem de checagem, porque também não dá tempo. Você precisa sair à frente dos outros e dizer: 'Opa, eu sei primeiro que você, mandei o que eu recebi e viralizei'", comentou Valéria Mendonça.

Por sua vez, Patrícia Blanco acrescentou que a sociedade precisa "parar e respirar" antes de repassar mensagens no aplicativo, pois elas circulam em ciclos de confiança repletos de sentimentos de pertencimento.

"Quem enviou a mensagem torna-se muito mais importante do que o conteúdo ou quem a produziu, pois ela chega com um compartilhamento de credibilidade. Vem do pai, da mãe, de tios, avós, da professora de pilates ou da colega da hidroginástica; vem carregada de afeto", explicou a presidente do Palavra Aberta, lembrando que a população com 60 anos ou mais é fortemente vulnerável a essa dinâmica.

Paralelamente, redes como Instagram e Facebook são inundadas por perfis fictícios que promovem curas milagrosas. Cientistas de dados da UnB indicam que 100% das manifestações de seguidores do Ministério da Saúde sobre vacinas nas redes apresentam padrões de resposta de robôs, evidenciando a automação do processo.

Responsabilidade

A responsabilidade das plataformas foi um ponto central de crítica, visto que operam sob a lógica da "economia da atenção". Patrícia Blanco criticou o ecossistema comercial das redes e o dano causado por anúncios automáticos que prometem tratamentos sem comprovação. "Por mais que você denuncie na plataforma, isso aparece em outros sites que acabam deturpando, e a gente não consegue debelar essa desinformação que é

superdanosa", alertou.

Nesse contexto, Vasconcelos ressaltou que a mentira, quando revestida de desinformação, é um projeto de poder. Ele recordou que a Fiocruz, alvo frequente de campanhas difamatórias, precisou adaptar sua política de comunicação e realizar oficinas para jornalistas para ajudar a filtrar a massa de dados da infodemia.

"Não significa dizer que não devemos lutar contra as desinformações, muito pelo contrário, é uma luta constante, mas entendendo que precisamos sobreviver apesar da existência delas, que mecanismos a gente adota como sociedade para contorná-las", enfatizou.

Como caminhos para o enfrentamento, os especialistas sugeriram uma mudança estrutural que uma legislação, educação midiática e diálogo comunitário. Sobre a regulação, Patrícia Blanco argumentou que o entrave no Congresso é a polarização para a cidadania, isso é política pública que defende a democracia. Não basta só legislar se o cidadão não está educado para receber", pontuou, citando o programa Escola Cidadã no Distrito Federal.

Os debatedores convergiram na premissa de que o jornalismo profissional é a principal vacina contra o caos informacional. Por ser feito com método, critérios éticos e responsabilidade jurídica, o trabalho da imprensa se consolida como o porto seguro da população em momentos de crise.

STF, o Palavra Aberta e o **Correio** na busca de uma limpeza desse ambiente", defendeu.

Contudo, os especialistas concordaram que a legislação sozinha é insuficiente sem letramento digital. O Instituto Palavra Aberta adota em suas ações a "mandala da educação midiática", baseada em leitura crítica, produção ativa e participação cidadã. "Essas questões são fundamentais para todos os públicos, não apenas nas escolas. Podem começar na escola, mas devem alcançar a sociedade como um todo", destacou Patrícia Blanco.

Na mesma linha, a professora Valéria Mendonça defende a inserção obrigatória desses temas no ensino fundamental e médio, além da graduação de profissionais de saúde. "Isso é ciência cidadã, isso é educação para a cidadania, isso é política pública que defende a democracia. Não basta só legislar se o cidadão não está educado para receber", pontuou, citando o programa Escola Cidadã no Distrito Federal.

Os debatedores convergiram na premissa de que o jornalismo profissional é a principal vacina contra o caos informacional. Por ser feito com método, critérios éticos e responsabilidade jurídica, o trabalho da imprensa se consolida como o porto seguro da população em momentos de crise.

Tempos desafiadores para a liberdade de expressão

Juiz auxiliar no Supremo Tribunal Federal (STF) e professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Eduardo Dantas pontuou os impactos severos da desinformação na área da saúde. "No Brasil, observou-se uma grande campanha de desinformação durante a pandemia, com estímulos para que as pessoas não se vacinassem, utilizassem medicamentos sem eficácia científica comprovada e adotassem tratamentos alternativos", lembrou.

Para Dantas, esse fenômeno ocorre nos dias atuais dentro do modelo de comunicação das plataformas digitais. Ele citou que, nos Estados Unidos, há uma ameaça de surto de sarampo decorrente de uma política de combate à vacinação, impulsionada tanto pela desinformação quanto por políticas estatais oficiais.

"Esse problema vincula-se à questão da liberdade de expressão, inserida em um ambiente regulatório que se tornou muito mais complexo. No século passado, a liberdade de expressão focava-se em um modelo dual que envolvia, basicamente, o Estado e os meios de comunicação tradicionais, aos quais poucas pessoas tinham acesso. Para exprimir uma ideia fora desses veículos, era necessário

organizar protestos ou associações", explicou.

Ele mencionou o autor Jack Balkin, segundo o qual a liberdade de expressão, atualmente, é estruturada como um triângulo, envolvendo o Estado, as grandes empresas de tecnologia e os demais atores sociais, como indivíduos e veículos de mídia tradicional. De acordo com o juiz, esse modelo apresenta riscos sob a perspectiva regulatória, pois o Estado e as plataformas podem monitorar cidadãos e captar seus dados para vigilância ou para a lógica da economia da atenção.

"O objetivo das plataformas é manter o usuário o máximo de tempo possível nas redes para vender anúncios ou produtos, validando qualquer conteúdo que favoreça o scrolling, muitas vezes, em detrimento da qualidade da informação", frisou.

Fatores de risco

Para ele, há o risco de cerceamento da liberdade caso a regulação seja excessivamente rígida, entretanto a liberdade de expressão também pode ser desvirtuada para criar um ambiente de desinformação. Na avaliação do juiz, diferentes países adotam modelos distintos: na Alemanha, a liberdade de



Dantas ressaltou avanços na responsabilização das plataformas

expressão não é absoluta, admitindo maiores regulações para proteger a dignidade das pessoas, prevendo o direito ao esquecimento

e penalidades para crimes de calúnia e difamação.

"Já nos Estados Unidos, a liberdade de expressão é a matriz

fundamental e quase absoluta do sistema, o que gera problemas como campanhas de desinformação na saúde e a existência de sites que propagam discursos de ódio", ressaltou.

Situação dúbia

De acordo com Dantas, o Brasil vive uma situação dúbia, por vezes aproxima-se do sistema alemão, como no caso Ellwanger, em que o STF decidiu que a divulgação de antissemitismo é crime; por outro lado, caminha para a lógica estadunidense de privilegiar a liberdade de expressão, sob a ideia de que a desinformação deve ser combatida com mais informação. Para ele, essa postura também decorre do histórico brasileiro de censura e cerceamento de direitos.

O juiz salientou que, no âmbito da regulação da saúde, existem mecanismos com diferentes níveis de intervenção. Os menos interventivos incluem políticas de conscientização e trabalho de checagem de fatos (fact-checking), realizado pela mídia tradicional.

"Outra medida é o conceito de nudge (empurrãozinho), de Richard Thaler e Cass Sunstein, que trata da arquitetura de decisão. Assim como a disposição de produtos em uma cantina pode incentivar o consumo

de alimentos saudáveis, a arquitetura das plataformas digitais pode ser desenhada para favorecer o combate à desinformação", argumentou.

Ele mencionou que mecanismos mais interventivos incluem a vacinação obrigatória como requisito para o recebimento do Bolsa Família e para a matrícula em escolas públicas. Segundo ele, o Programa Nacional de Imunização (PNI) prevê essa exigência, que foi validada constitucionalmente pela Corte Suprema. "O STF também declarou inconstitucionais decretos municipais que tentavam afastar essa obrigatoriedade nas políticas de educação", acrescentou.

O juiz disse que há avanços na responsabilização das plataformas digitais. Destacou ter sido decidido que conteúdos impulsionados, sugeridos por algoritmos ou publicidade paga, geram um dever maior das plataformas em remover os incorretos ou desinformativos após notificações.

"O Supremo aprimorou esse regime de responsabilidade, e iniciativas legislativas, como o PL das Fake News, podem ser retomadas para tratar especificamente desse tema", completou. (CY*)

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa